



Município de Ubatuba
Secretaria da Administração

Processo Licitatório nº 4927/2020
Pregão Eletrônico nº 73/2020

Ubatuba, 17 de julho de 2020.

DESPACHO Nº 01

Na condição de Pregoeiro do Município de Ubatuba, apresento decisão à impugnação interposta ao Pregão Eletrônico nº 73/2020, destinado à contratação de empresa para fornecer oxigênio medicinal e correlatos.

1. DOS FATOS

O edital do pregão supracitado foi impugnado em 15 de julho de 2020 pela empresa Oxiguação Indústria e Comércio de Gases Ltda.

Abstenho-me de transcrever as razões da impugnante, visto que já é de conhecimento da mesma. Da mesma forma, qualquer interessado poderá consultar o inteiro teor da impugnação apresentada através de simples consulta ao portal da transparência do município.

Passo a apresentação da resposta às razões interpostas.

2. ANÁLISE E DECISÃO

Inicialmente, dispenso, igualmente, de tecer comentários sobre tempestividade da impugnação e a observância dos princípios básicos das licitações públicas, temas já amplamente e exaustivamente debatidos pela doutrina.

A fim de se obter subsídios formais, a impugnação foi encaminhada à Secretaria da Saúde, unidade demandante da contratação, a qual se se manifestou da seguinte forma:

A) Da apresentação da AFE:

Segundo a Resolução nº 16/2014 da ANVISA em seu art. 3º exige a AFE somente das empresas que realizam atividades de envase ou enchimento de gases medicinais, para a Secretaria de Saúde de Ubatuba não importa qual seja a finalidade da empresa (comercialização ou distribuidora), desde que entregue os pedidos conforme contrato.

4. Como é possível obter a Licença de Funcionamento local?
Em algumas situações, as obtenções da LF e da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) podem ocorrer



Município de Ubatuba
Secretaria da Administração

concomitantemente, uma vez que um dos documentos que integram a petição de solicitação de AFE é o relatório de inspeção de estabelecimento, realizada pela VISA local. Este relatório aprova as instalações físicas da empresa e o seu quadro de pessoal para execução das atividades pleiteadas, constituindo-se em documento tanto de obtenção da LF como da AFE.

Fonte: <http://portal.anvisa.gov.br/registros-e-autorizacoes/medicamentos/produtos/regularizacao-de-empresa>

B) Da Certidão de Regularidade do Conselho Regional de Farmácia:

A Vigilância Sanitária do município de Ubatuba/PR exige a CRF somente para fornecedores que fazem o envase dos gases medicinais. Ainda, não há qualquer normativa que obrigue a solicitação deste documento. Vale ressaltar que não podemos exigir qualquer tipo de documentação de terceiros, se uma empresa apenas comercializa os cilindros lacrados não podemos exigir que ela apresente um documento que é obrigatório para seu distribuidor.

C) Do Certificado de Regularidade – CR:

Não há qualquer necessidade da exigência da CR emitida pelo IBAMA, pois que para a empresa ter a sua autorização de funcionamento liberada, ela deverá estar regularizada automaticamente perante aos órgãos fiscalizadores competentes e atender as legislações sanitárias e ambientais.

D) Certidão da Licença Sanitária do Município:

Sim. Pode alterar e solicitar, pois este documento comprovará a regularidade da empresa quanto a meio ambiente, transportes, funcionários etc.

E) Da quantidade de cilindros fornecidos por comodato:

Em média 20 cilindros de 7m³ e 5 de 3³.

F) Do prazo de entrega:

Não temos como prever em 48 horas antecipadamente se um paciente irá necessitar de oxigênio. O hospital comunica a Secretaria de Saúde quando o paciente está de alta e que necessita de oxigênio não sendo possível aguardar até 48 horas para desocupar um leito hospitalar ou deixar o paciente sem auxílio de oxigênio que pode ocasionar lesões graves e até morte.



Município de Ubatuba
Secretaria da Administração

Também não podemos estocar cilindros de oxigênio, pois para tal necessita de local próprio e vários requisitos que a Secretaria não comporta.

Como é de se notar, a Secretaria da Saúde acatou parcialmente a impugnação interposta, solicitando que seja exigida das empresas licitantes a apresentação de alvará de licença sanitária expedido pelo órgão fiscalizador municipal.

Extrai-se que as demais solicitações foram negadas, considerando, em suma:

Que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA estabelece a obrigatoriedade de se obter Autorização de Funcionamento perante a agência apenas às empresas fabricantes/embaladoras de gases medicinais, dispensada tal autorização às empresas distribuidoras por ainda não existir regulamentação específica;

Que não há qualquer normativa que estabeleça a obrigatoriedade das empresas distribuidoras possuírem Certidão de Regularidade do Conselho Regional de Farmácia da forma que é estabelecida ao embalador, ficando vedado exigir-se documentação na licitação de terceiros;

Que se exigir documentação de terceiros para a licitação, tais como termo de compromisso/autorização de revenda, dentre outros, com firma reconhecida em cartório ou não, extrapola os limites legais estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93, sob risco de se direcionar à licitação apenas às empresas fabricantes.

Que o funcionamento das empresas do ramo se sujeita ao atendimento às normas ambientais, dispensando-se a exigência de qualquer comprovação pertinente para a licitação;

Que não é possível a dilação do prazo de entrega, visto que não há possibilidade de se estocar cilindros de oxigênio tampouco prever quando o objeto será solicitado ou aguardar sua entrega pela vencedora por prazo superior ao estabelecido pelo edital.

Extrai-se, ainda, que a contratação poderá ser firmada com empresas distribuidoras, comerciantes, fabricantes ou embaladores de oxigênio medicinal, e que caberá a Secretaria da Saúde acompanhar a execução do contrato de forma a atestar o cumprimento dos requisitos preestabelecidos.



Município de Ubatuba
Secretaria da Administração

Desta forma, com fulcro na resposta encaminhada pela unidade demandante, requisito à Divisão de Licitação a alteração do edital com a devida republicação, para:

Inclusão da motivação apresentada pela Secretaria da Saúde para o prazo de entrega exíguo;

Inclusão da quantidade de cilindros fornecidos através de comodato;

Inclusão da obrigatoriedade da licitante apresentar alvará de vigilância sanitária expedido pelo órgão sanitário competente, independente do ramo de atividade (distribuidor ou fabricante);

Determinar que apresentação da autorização de funcionamento expedido pela ANVISA – AFE e a Certidão de Regularidade do Conselho Regional de Farmácia sejam exigidas apenas das licitantes que sejam fabricantes/envasadoras de gases medicinais.

Requisito à Divisão de Licitação, ainda, que tais determinações sejam incluídas de forma objetiva em edital e que as comprovações exigidas que se enquadrarem como prova de cumprimento de requisitos previstos em lei especial, na forma que estabelece o art. 30, IV da Lei Federal nº 8.666/93, sejam exigidas apenas da licitante que sagrar-se vencedora, para assinatura de contrato.

Sendo só para o momento, firmo o presente despacho.

Renan Felipe da Silva Lima
Pregoeiro